



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Exploração e opressões no capitalismo

Categoria racismo estrutural: uma leitura à luz da ontologia marxiana

Filipe Gutemberg Costa Lima^{1 2}

Resumo: A presente pesquisa examinou a categoria racismo estrutural a partir da ontologia marxiana do ser social, com a finalidade de analisar como o processo de acumulação de capital incide de forma particular sobre a classe trabalhadora negra brasileira. Concluímos este trabalho com a constatação que a categoria de racismo estrutural apresenta limitações, no entanto, a acumulação capitalista não pode prescindir, em última instância, do racismo produzido e reproduzido diariamente no modo de produção capitalista.

Palavras-chave: racismo estrutural; ontologia do ser social; acumulação capitalista; materialismo histórico-dialético.

Category structural racism: an interpretation in light of Marxian ontology

Abstract: This study examined the category of structural racism from the perspective of Marxian ontology of social being, with the aim of analyzing how the process of capital accumulation affects the Brazilian Black working class in particular. We conclude this study with the observation that the category of structural racism has limitations; however, capitalist accumulation cannot ultimately do without the racism produced and reproduced daily within the capitalist mode of production.

Keywords: structural racism; ontology of social being; capitalist accumulation; dialectical historical materialism.

1. Introdução

A realidade racista brasileira vai impactar diretamente os estudos sobre relações étnico-raciais no Brasil e nesse contexto é proposta a categoria racismo estrutural, desenvolvida fundamentalmente a partir da perspectiva teórica do materialismo histórico-dialético e tem por objetivo central compreender o racismo enquanto fenômeno social, com ênfase na particularidade brasileira. O racismo é um elemento fundamental e determinante na vida social da classe trabalhadora negra no Brasil. Segundo o IBGE (2018), as atividades econômicas com menores rendimentos médios são as que proporcionalmente têm maior número de trabalhadores de cor ou raça preta ou parda. Em 2017, os brancos ganhavam, em média, 72,5% mais do que os pretos

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES). Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis. E-mail: filipe.gc.lima@gmail.com

² Declaro para os devidos fins que possuo concordância com a divulgação e publicação do presente trabalho.

ou pardos. Mesmo considerando o número de horas trabalhadas e o nível de instrução semelhante, a desigualdade racial se mantém em todos os níveis de escolaridade e aumenta no nível de instrução mais elevado, com os brancos ganhando invariavelmente mais do que os pretos ou pardos (IBGE, 2018).

Diante desse cenário, este artigo levanta o seguinte problema: em que medida a perspectiva ontológica marxiana apresenta implicações práticas para as análises sociológicas sob o ponto de vista do materialismo histórico-dialético, visando entender como o processo de acumulação de capital incide de forma particular sobre a classe trabalhadora negra brasileira?

Para alcançar os objetivos, utilizaremos a pesquisa bibliográfica com uma abordagem qualitativa. Nosso objeto primário de análise serão as obras *O que é racismo estrutural?* do Prof. Dr. Silvio Luiz de Almeida (2018), publicada pela editora Letramento em 2018 e *Racismo Estrutural: Uma perspectiva histórico-crítica* do Prof. Dr. Dennis de Oliveira (2021), publicada pela Editora Dandara em 2021.

Visando responder às questões levantadas realizamos um balanço crítico da categoria racismo estrutural a partir da perspectiva ontológica. Ao final, concluiremos que a categoria possui amplas limitações, todavia, a busca por uma fundamentação teórica qualificada e embasada na obra marxiana ainda se faz necessária.

2. O racismo estrutural ante a ontologia do ser social

As obras de Almeida (2018) e Oliveira (2021) representam os primeiros esforços de oferecer uma conceituação mais precisa para a categoria racismo estrutural³. Nesse sentido, destacamos o pioneirismo da primeira obra, responsável pela ampla difusão do conceito na sociedade brasileira. Nesta última obra se destaca o mérito de prosseguir os esforços para a consolidação da categoria, buscando fazer uma análise que considere a universalidade capitalista e sua particularidade brasileira, unindo um debate conceitual ao histórico. Por conseguinte, as duas obras trazem contribuições relevantes para a análise das relações étnico-raciais, porém, ambas não conseguem alcançar seu

³ É importante destacar que existem outras propostas à explicação do racismo no Brasil contemporâneo, dentre estas uma que ganhou relevância recente foi a obra *Fascismo da cor* (2023) de Muniz Sodré. Todavia, aqui optamos pelo recorte de obras que procuram trazer uma fundamentação teórica à categoria racismo estrutural, o oposto de Sodré (2023b) que defende que o racismo não é estrutural, e propõe que o racismo no Brasil se explica pela forma social escravista que surge após o fim da escravidão, e, mantém a escravidão como ideia e como discriminação institucional.

objetivo: fundamentar de maneira coerente teoricamente a categoria de racismo estrutural sob uma perspectiva marxiana. Prosseguiremos nossa análise com foco inicial na obra de Almeida (2018) e posteriormente nos deteremos na obra de Oliveira (2021).

A obra *O que é racismo estrutural?* (Almeida, 2018), apesar das contribuições, será marcada pela ambiguidade de buscar uma fundamentação em Marx e distanciar-se desse objetivo ao longo da argumentação. O ponto nevrálgico será a categoria ‘estrutura’, elemento basilar para a tese central da obra, que é compreendida a partir de Teoria da Estruturação de Anthony Giddens, um referencial teórico que compromete a análise do racismo do ponto de vista do materialismo histórico-dialético. Para compreender esse aparente paradoxo, analisaremos como o autor utiliza a obra de Marx e na sequência abordaremos como o uso de Giddens constitui apresenta limitações incontornáveis.

A nossa compreensão sobre a obra de Almeida (2018) está baseada no materialismo histórico-dialético e se fundamenta no próprio texto do autor, tendo sido perceptível, desde a organização do livro até sua tese central, a influência da obra marxiana. O autor compreende o racismo, em síntese, como um dos elementos mais relevantes que integra a organização econômica e política da sociedade contemporânea sob a égide do modo de produção capitalista, um dos fatores fundamentais para a produção e reprodução da vida social⁴. Além de ser um fator crucial na vida social, o racismo é, para o autor, um fenômeno estrutural, pois constitui um sistema que, ao mesmo tempo que torna possíveis as ações individuais, é por elas criado e recriado continuamente. Assim, os racismos individuais ou institucionais seriam apenas formas parciais do racismo, que sempre será estrutural segundo o autor.

Apesar da influência marxiana, o autor recorre a Anthony Giddens (1984) e na sua teoria da estruturação quando busca apresentar sua compreensão de estrutura. Consideramos que este é o aspecto central que leva às limitações analíticas da obra do autor. Nessa perspectiva, a estrutura é vista como a forma de organização das práticas sociais no tempo e espaço, constituindo-se a partir das ações repetidas de muitos indivíduos até tornar-se a regra. De acordo com Almeida (2018, p.39), estrutura e ação

⁴ [...] manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea [...] (Almeida, 2018, p.15).

implicam uma à outra, assim, a estrutura é “viabilizadora, não apenas restritora, e torna a ação criativa possível”. Em outros termos, é possível afirmar que a estrutura social é um produto das ações dos indivíduos, todavia, pode ser modificada pelas ações destes indivíduos.

Para compreender a proposta de estrutura na obra de Anthony Giddens é importante situá-lo dentro daquilo que Alexander (1986) chamou de ‘Novo Movimento Teórico’, que inclui autores contemporâneos a Giddens como Jürgen Habermas, Pierre Bourdieu, Randall Collins, e que se caracteriza por críticas às perspectivas de micro e de macroteoria e pela tentativa de síntese dessas perspectivas. No contexto do Novo Movimento Teórico, a estrutura aparece como um conceito fundamental na proposição de Anthony Giddens para a análise da vida social. O autor propõe a teoria da estruturação visando superar o dilema agência e estrutura. Em sua perspectiva, a interação entre agência e estrutura são elementos estruturantes das práticas sociais cotidianas. Giddens retoma o antagonismo entre objetivismo e subjetivismo para conceber agente (esfera subjetiva) e estrutura (esfera objetiva) como mutuamente complementares, ou seja, uma dualidade da estrutura, na qual ambas têm o mesmo grau de importância (Pereira, 2012).

É a partir da sua ação frente à estrutura que os indivíduos passam a existir e se reconhecerem enquanto seres sociais, ou “a partir da sua inserção, através da sua ação, na relação mutuamente determinante entre agência e estrutura” (Pereira, 2012, p.197). De acordo com Leme (2000), para Giddens, a ação cria as estruturas e, ao mesmo tempo, a ação só acontece nas estruturas; esta última não determina a primeira, mas pode constranger ou facilitar. Em termos mais detalhados, Pereira (2012, p. 202) afirma que o conceito de estrutura em Giddens “representa um acúmulo de significados, valores e práticas sociais institucionalizadas que persistem por longas extensões espaço-temporais, orientando as práticas e ações das gerações presentes e futuras”. De acordo com Leme (2000, p. 30), a estrutura é o conjunto de regras e recursos (controle de coisas e controle de pessoas), é um conjunto de relações de transformação organizadas como propriedades dos sistemas sociais. É nesse sentido que ressaltamos anteriormente a leitura de Almeida da obra de Giddens, para o qual a estrutura é ‘viabilizadora’.

À primeira vista, considerando apenas os aspectos morfológicos, as diferenças parecem meramente semânticas, todavia, em Giddens e em Marx a estrutura se relaciona com dimensões diferentes da vida social⁵. Em Marx, os indivíduos não se opõem a essa estrutura, e esta dimensão, fundamentalmente econômica, está diretamente relacionada com a superestrutura, não com a ‘agência’. Como aborda Peixoto (2014), a própria ideia de ‘agência’, utilizada por Giddens, carrega uma ilusão de liberdade inerente, algo que a oposição entre estrutura e ação reforça, pois ambas não se relacionam com a estrutura social real. É dentro da relação entre estrutura e superestrutura que os indivíduos constroem sua história, considerando os limites sócio-históricos e, em última instância, diretamente relacionados com o estágio do desenvolvimento das forças produtivas.

O aspecto fundamental é que em termos marxianos estrutura e superestrutura no modo de produção capitalista são necessariamente determinadas pela lógica de acumulação de capital pela classe capitalista a partir da mais-valor extraído por meio da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora. Por conseguinte, a compreensão do racismo dentro desse modo de produção, considerando o método de Marx, passa necessariamente pela apreensão do trabalho enquanto gerador de valor e da luta de classes enquanto dimensão fundamental da vida social, dimensões que na proposição da teoria da estruturação de Giddens desaparecem dentro de um conjunto de regras e recursos criado e recriado pela ação humana. Isso pouco nos diz sobre as motivações essenciais da exploração e do racismo que a classe trabalhadora sofre diariamente, e, por conseguinte, inviabiliza uma perspectiva antirracista revolucionária.

A partir dessas considerações, aprendemos que a categoria racismo estrutural, tal como desenvolvida em Almeida (2018) não pode ser adotada acriticamente se a intenção é utilizá-la dentro da arquitetura categorial marxiana, porém a obra de Oliveira (2021) incorre em erro similar. Em ambas a tentativa de utilizar unir outras perspectivas teóricas conjuntamente com a obra marxiana se demonstra infrutífera. Neste último caso, a busca por uma fundamentação mais sólida da categoria racismo estrutural

⁵ A respeito da relação de Anthony Giddens com Marx, é exemplar sua fala em entrevista a Domingues (1995, p. 293), na qual ele pontua: “[...] inicialmente, há coisas que usei como fonte de inspiração, mas não acho que haja de fato muita conexão entre meu trabalho e Marx.”

a partir do método de Marx o levou ao uso do conceito Matriz Colonial do Poder baseado na obra de Aníbal Quijano, tentativa que se demonstra infrutífera após análise.

A obra *Racismo Estrutural: Uma perspectiva histórico-crítica* (Oliveira, 2021), assim como, a obra de Almeida (2018), fundamenta-se no materialismo histórico-dialético e na perspectiva da luta de classes para analisar criticamente o racismo estrutural no Brasil à luz do seu desenvolvimento contemporâneo sócio-histórico. Desde a apresentação há um diálogo indireto com a obra marxiana, quando o autor destaca que o objetivo do livro é contribuir para um projeto político de ruptura com o capitalismo. A argumentação do autor busca fundamentalmente trazer uma fundamentação teórica com ênfase na particularidade histórica brasileira, sem desconsiderar o contexto mundial e universal mais amplo. Por conseguinte, uma grande contribuição desta obra será a análise crítica do racismo contemporâneo no contexto do surgimento do neoliberalismo, especialmente considerando as particularidades dos países periféricos. Além disso, o autor busca compreender o racismo a partir de uma categoria fundamental na perspectiva marxiana: a luta de classes. O racismo seria uma expressão da luta de classes.

É relevante mencionar que Oliveira (2021) apesar do diálogo, busca desenvolver aspectos pouco trabalhados em Almeida (2018) e suprir as lacunas. O ponto de partida da obra, exemplifica isso, que é a relação entre racismo e colonialismo, um tema candente e em disputa que aparece pouco no último autor, por outro lado, a temática também revelará o problema central de sua obra. O autor inicia seu debate nesse ponto utilizando Walter Rodney e sua obra *Como a Europa Subdesenvolveu a África*, quando ele critica o silêncio das teorias desenvolvimentistas sobre o racismo e aponta para a impossibilidade de um modelo de desenvolvimento capitalista nos países periféricos ser antirracista⁶. As relações raciais daí decorrentes são a expressão da luta anticolonial e da luta de classes”. Por conseguinte, é a partir daqui que o conceito de matriz colonial do poder de Quijano (2005) aparece como central.

⁶ Sobre isso, o autor afirma: “[...] o racismo está diretamente ligado à constituição estrutural do sistema-mundo do capital (Oliveira, 2021, p. 56). Aqui se faz relevante destacar que a teoria sistema-mundo de Immanuel Wallerstein, a qual este trecho de Oliveira refere-se, é marcada por um distanciamento da perspectiva de luta de classes marxiana como destaca Amaral (2017). Este distanciamento de Marx a partir do referencial teórico irá comparecer a partir de outros aspectos.

O autor parte do pressuposto de que o racismo como conhecemos hoje é produto de uma tipologia de classificação racial consolidada principalmente no século XVI como instrumento do projeto eurocentrista, uma ideologia, ligada à emergência do capitalismo, sustenta a hegemonia da ‘branquitude’. À vista disso, é destacado que a categoria raça, baseadas em estruturas biológicas diferenciais, tem a função ideológica de legitimar e naturalizar relações de exploração imposta pela conquista. E, além disso, ao se interseccionar com o capitalismo, ela possibilita manter hierarquias sociais no continente, garantindo acesso diferenciado às riquezas e transcende o período da colonização.

É no processo de colonização das Américas que se constitui a matriz colonial do poder: a raça tornou-se central na construção de um novo padrão mundial de poder e uma nova intersubjetividade mundial, assim como, se converte no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Nestes termos, mesmo ao fim da colonização, essa forma de controle das hierarquias de poder persiste⁷, porém, ganha uma configuração lógica adequada aos mecanismos de controle do trabalho do capitalismo e transcende para uma determinada organização do trabalho, ou para a divisão internacional do trabalho. Ademais, considerando as recentes mudanças no mundo do trabalho, especialmente a consolidação do Toyotismo e da acumulação flexível, o autor compreende que a colonialidade transpassa os mecanismos regulatórios no âmbito dos Estados nacionais.

No período contemporâneo a matriz colonial de poder passa a se expressar na divisão racial do trabalho na rede global produtiva e no Brasil isso soma-se às particularidades do desenvolvimento nacional. O autor parte da análise de Moura (2014) e da categoria modernização conservadora para destacar que no Brasil ocorre uma modernização sem mudança que estabelece uma transição do trabalho escravizado para o trabalho livre e assalariado que não eliminará o racismo. Em âmbito global, a divisão racial do trabalho se expressa com pessoas brancas controlando os processos tecnológicos e pessoas não brancas ocupando trabalhos mais degradantes e

⁷ É importante destacar que a obra de Aníbal Quijano se aproxima mais do debate sobre a modernidade considerando a dimensão cultural. Na sua concepção de matriz colonial do poder isso comparece ao pensar nas rupturas da dominação colonial oficial e nas continuidades enquanto colonialidade do poder (Quijano, 1991).

subordinados, e, no caso brasileiro, em diálogo com Souza (2020), ele apreende que essa transição mantém o racismo como condição fundamental da nova sociedade nascente, agora nos termos do capitalismo dependente.

Após essa breve exposição dos argumentos centrais, podemos explorar a problemática central, qual seja, a base teórica do autor, na qual se encontram limitações insuperáveis. Por sua vez, como vimos, em Oliveira (2021), a obra de Quijano é basilar, e é dela que o autor retira o conceito de matriz colonial do poder e procura articulá-lo frente às atuais mudanças no mundo do trabalho contemporâneo, especialmente no Brasil partindo de autores e autoras marxistas. Todavia, isso não exime o autor de desenvolver perspectivas que abrem margem para uma completa dissociação entre o racismo e o modo de produção capitalista. A raiz desse problema é a autonomia da raça frente a lógica do capital, mesmo que ela seja considerada diretamente nestes termos apenas no início da colonização.

Apesar da tentativa de uma leitura à luz da teoria do valor marxiana, Quijano propõe que ideia de raça e o racismo, não conservam apenas sua particularidade frente ao capital; são fenômenos com lógicas específicas de funcionamento diferentes, em outros termos, dinâmicas sociais distintas que, em um dado momento histórico, se interseccionam. Mesmo que ele avance e proponha a interseção seguida de uma ressignificação, essa ressignificação mantém a perspectiva de fenômenos sociais distintos. Em termos teóricos, isso se expressa na manutenção, de um lado, da matriz colonial do poder determinada pela raça e pelo racismo, e, do outro lado, do modo de produção capitalista determinado pela lógica do capital.

Retornando a Oliveira (2021), identificamos que o autor busca desenvolver uma argumentação fundamentada nas múltiplas determinações contemporâneas do racismo e se utiliza da perspectiva interseccional para buscar vincular o racismo ao capitalismo, alternativa que não soluciona o problema. Não consideramos fortuito que tenha sido utilizado o conceito de interseccionalidade, como aponta Moraes (2021) o conceito compreende que a realidade concreta é determinada por um sistema duplo: raça e classe, todavia, a concepção permite uma geométrica variável, que pode incluir outras categorizações como religião ou nacionalidade. Mas em síntese, aqui se perde a perspectiva dialética, assim como, a teoria valor-trabalho de Marx deixa de ser determinante em última instância para compreensão da exploração capitalista.

Em Oliveira (2021) persiste a autonomia da raça frente à lógica do capital. Consideramos que isso ocorre porque o autor apreende o racismo como um fenômeno de base gnosiológica diferente da exploração capitalista da classe trabalhadora, seguindo a perspectiva de Quijano (2005). Dessa forma, abre-se espaço para que a realidade concreta se mantenha determinada, em última instância, por dois sistemas: a teoria do valor e o racismo, mesmo que seu objetivo inicial fosse exatamente o contrário. E, a adição da categoria classe no desenvolvimento do texto ou menções formais esporádicas não é por si só suficiente para responder a este problema⁸. Ao contrário, uma perspectiva de totalidade ontológica marxiana pressupõe a dialética entre o concreto e o abstrato, que considere as singularidades, particularidades e a universalidade da totalidade sócio-histórica, repleta de contradições e que “suprassuma noções de adição ou imbricação, avançando para análises dialéticas entre o todo e as partes” (Moraes, 2021, p.151).

Após esta breve análise, nos encontramos em condições de retornar a nossa problemática central. Frente aos resultados obtidos, concluímos que as respostas propostas por Almeida (2018) e Oliveira (2021) possuem amplas limitações e o debate ainda permanece em aberto. No atual estágio das nossas investigações não nos consideramos em condições de fornecer respostas mais sólidas, entretanto, nossa investigação nos permite tecer breves apontamentos provisórios que podem ser úteis para investigações posteriores sobre a temática.

A presente pesquisa reforçou a nossa compreensão do racismo enquanto fenômeno social estrutural postulando a necessidade de prosseguir na busca de alternativas teóricas para um embasamento mais sólido da categoria. Isto posto, entendemos que o racismo é uma necessidade do modo de produção capitalista⁹. Nesse sentido, partindo das proposições de Post (2022), compreendemos que o modo de produção capitalista opera uma renaturalização da diferença visando justificar a

⁸ Como sintetiza a citação Arruzza (Moraes, 2021, p.151 apud Arruzza 2017): [...] o todo social é dominado pela dinâmica capitalista não é mesmo que dizer que o imperativo capitalista é absoluto, que ele é a base econômica que determina mecanicamente toda a ideologia de uma sociedade, ou que o capitalismo é a base, e o patriarcado é a sua superestrutura ideológica.

⁹ Mesmo que esse aspecto seja tratado marginalmente na obra marxiana (Taylor, 2018), concordamos com Farias (2018, p.410): [...] racismo gera mais valor! E gera mais valor não no ato em si. Na atividade, estamos na esfera do ser genérico, universal. A martelada do trabalhador negro não difere em essência da do trabalhador branco. Da mesma forma que o “alô!” da atendente de telemarketing negra não é diferente de sua companheira de labuta branca. Mas, conforma o antes e o depois, a condição salarial e de reivindicações, escamoteia precarizações e as legítima [...].

desigualdade real sob o capitalismo, uma necessidade produzida e constantemente reproduzida através da “diferenciação de processos de trabalho, taxas de lucro e salários que necessariamente resultam da acumulação e da competição capitalistas” (Post, 2022, p.28). Como tratado anteriormente, considerando as análises de Marx sobre a reprodução no modo de produção capitalista, entendemos que as relações sociais em sua base e superestrutura precisam ser produzidas e reproduzidas a todo momento. Por conseguinte, entendemos que o racismo não se trata apenas de um processo de ponto de partida desigual, resultado do processo de pós-abolição no Brasil, como concluem boa parte dos estudos sobre relações étnico-raciais no Brasil, segundo Osório (2008), ou como ressignificação de fenômenos distintos (Oliveira, 2021).

Embora ainda persistam as insuficiências analíticas para compreender a indissociabilidade do racismo em relação à teoria do valor e à classe, não consideramos que a problemática se torna menos relevante. Pelo contrário, acreditamos que nossa conclusão reforça a importância de continuar a busca por uma fundamentação teórica sólida dentro da perspectiva marxiana. Assim, apesar dos necessários desenvolvimentos posteriores para que os mecanismos essenciais sejam explicitados em sua universalidade, particularidade e singularidade, e mesmo que seja em termos preliminares, entendemos que a acumulação capitalista não pode prescindir, em última instância, do componente racial no modo de produção capitalista da sociedade moderna, produzida e reproduzida diariamente pela exploração capitalista.

3. Considerações finais

Concluimos na presente análise que a fundamentação teórica da categoria de racismo estrutural a partir das obras selecionadas possui limitações e necessita de uma fundamentação teórica mais sólida sob a perspectiva ontológica marxiana. Contudo, constatamos que o racismo deve ser considerado como parte central de qualquer análise sociológica que objetiva desvendar as múltiplas determinações de como o processo de acumulação de capital incide de forma particular sobre a classe trabalhadora negra brasileira. Em vista disso, identificamos a necessidade de prosseguir com as análises da temática para apresentar os aportes teóricos necessários a uma fundamentação da categoria racismo estrutural à luz da obra marxiana.

Referências

ALEXANDER, Jeffrey C. **O novo movimento teórico.** *Rev. bras. Ci. Soc.* v.2 n.4 São Paulo jun. 1987. Disponível em: <https://anpocs.org.br/1987/06/25/vol-2-no-4-sao-paulo-1987/>. Acesso em: 05 jun. 2024.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018.

AMARAL, Marisa S. **O estranho marxismo da Teoria do Moderno Sistema Mundial** (ou O que foi feito do imperialismo e da dependência?). *In: Colóquio Marx e o Marxismo 2017: De O capital à Revolução de Outubro (1867 – 1917) Anais eletrônicos [...]* Niterói: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx), 2017. Disponível em: <https://niepmarx.blog.br/anaismm2011-2019/>. Acesso em: 09 jul. 2024.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

DOMINGUES, J. M. *et al.* **Entrevista com Anthony Giddens.** *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8 n. 16, p.291-305,1995. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2002>. Acesso: 05 jun. 2024.

FARIAS, M. **Lukács apontamentos críticos acerca do racismo.** *Revista Fim Do Mundo*, 2(4), p. 323-341, 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/11625>. Acesso: 05 jun. 2023.

FARIAS, M. **Uma esquerda marxista fora do lugar: pensamento adstringido e a luta de classe e raça no Brasil.** *SER Social (Online)*, v. 19, p. 265-553, 2018. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14946/13265. Acesso: 05 jun. 2023.

HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. **História do pensamento econômico.** 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** ISSN 1516-3296. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101629>. Acesso em: 5 jul. 2025.

LEME, A. A. **Estrutura e ação nas ciências sociais: Um debate preliminar em Marx, Weber, Durkheim, Bourdieu, Giddens, Anselm Strauss e Norbert Elias.** *Tempo da Ciência*, [S. l.], v. 13, n. 25, p. p. 09–38, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/1526>. Acesso em: 05 jun. 2025.

- MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita, 2014.
- MORAES, L. de C. G. **Relação entre universal, particular e singular em análises feministas marxistas: por uma ontologia integrativa**. Plural, 28(2), p.132-158, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2021.184118>. Acesso em: 05 jun. 2024.
- OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo Estrutural: Uma perspectiva histórico-crítica**. 1. ed. São Paulo: Editora Dandara, 2011.
- OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias**. In: THEODORO, Mário et al. (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008.
- PEIXOTO, M. A. (2014). **Estrutura e Agência em Anthony Giddens: Uma análise crítica do estruturacionismo**. Revista Sociologia Em Rede, 4(04), p.93-106, 2014. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/rsr/article/view/1155>. Acesso em: 9 jun. 2024.
- PEREIRA, Asher Grochowalski Brum. **Notas sobre ontologia e práxis social no pensamento de Anthony Giddens**. Ideias, Campinas, SP, v. 3, n. 1, p. 187–207, 2012.
- POST, Charles. **Marxismo e opressão racial: por uma teoria unificada**. Revista Marx e o Marxismo, v.10, n.19, jul/dez, p.15-39, 2022.
- QUIJANO, A. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- QUIJANO, A. **Colonialidad y Modernidad/Racionalidad**. Perú Indígena, 13 (29), p.11-29, 1991.
- TAYLOR, Keeanga-Y. **Raça, classe e marxismo**. Revista Outubro, n. 31, p.177-196, 2018. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/01/07_Keeanga-Yamahtta-Taylor.pdf. Acesso em: 9 jun. 2024.
- SODRÉ, Muniz. **Aceito a expressão, mas racismo não estrutural, diz Muniz Sodré**. Entrevista concedida a Maurício Meirelles. Folha de São Paulo, São Paulo, 18.03.2023: 2023b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/03/aceito-a-expressao-mas-racismo-nao-e-estrutural-no-brasil-diz-muniz-sodre.shtml>. Acesso em: 15 jun. 2024.
- SODRÉ, Muniz. **Fascismo da cor**. Rio de Janeiro: Vozes. 2023.
- SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. **Marx e o estudo da questão racial**. Revista Fim Do Mundo, 2(4), 20-41, 2021.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. **Racismo e luta de classes na América Latina:** as veias abertas do capitalismo dependente. S. Paulo: Hucitec, 2020.

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Eu, Filipe Gutemberg Costa Lima, brasileiro, inscrito no CPF nº 073.503.123-18 e portador do RG nº 4.364.233 declaro para os devidos fins que possuo concordância com a divulgação e publicação do presente trabalho.